

O avanço destrutivo do capital e os desafios da agroecologia socialista

Henrique Tahan Novaes

Como citar: NOVAES, Henrique Tahan. O avanço destrutivo do capital e os desafios da agroecologia socialista. *In:* FERNANDES, Silvia Aparecida de Sousa; FERNANDES, Bernardo Mançano; SANSOLO, Davis Gruber (org.). **Educação do campo, soberania alimentar e agroecologia:** o papel das tecnologias sociais no fortalecimento das comunidades locais. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p.201-226. DOI: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-415-8.p201-226>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 8

O AVANÇO DESTRUTIVO DO CAPITAL E OS DESAFIOS DA AGROECOLOGIA SOCIALISTA

Henrique Tahan Novaes

INTRODUÇÃO

Este capítulo aborda o avanço destrutivo do capital e os desafios da agroecologia socialista. Na primeira parte debatemos a questão socioambiental no Governo Bolsonaro. Procuramos mostrar que há indícios fortes que o capital avança e vai avançar sua produção destrutiva num ritmo mais acelerado.

Na segunda parte do capítulo abordamos o papel destrutivo das corporações transnacionais, que nos levaram a uma situação de colapso ambiental, à medida que as condições de existência da espécie humana no planeta estão esgotadas. Observamos que a agroecologia já existe – em gérmen – na forma de produção, consumo, educação e extensão, em grande

medida puxadas pelos movimentos sociais do campo e dos povos da floresta. No entanto, defendemos alguns desafios para o avanço da agroecologia socialista, dentro de um contexto mais geral das lutas anticapital.

Acreditamos que a agroecologia socialista deve se distanciar radicalmente dos fundamentos que movem o capital: mercado verde, responsabilidade social empresarial, reprodução ampliada do capital, forma de controle tecnocrática e propriedade privada da terra. Defendemos que a agroecologia socialista coloca na ordem do dia a retomada do debate da posse e uso da terra, a superexploração do trabalho, a desmercantilização completa da vida, a utilização adequada dos recursos naturais, a propriedade comunal e o autogoverno pelos produtores livremente associados.

O AVANÇO DESTRUTIVO DO CAPITAL NO GOVERNO BOLSONARO¹

Assistimos aterrorizados os crimes socioambientais que se multiplicam no Brasil nos governos Temer-Bolsonaro. Num plano mais amplo, para recordar apenas alguns fatos das últimas décadas: assassinato de Chico Mendes e Doroty Stang, massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, assassinatos de líderes das Ligas Camponesas do PCB e do Nordeste, escalada de assassinatos de indígenas, quilombolas, sem terra e posseiros, crimes das mineradoras em Bento Gonçalves e Brumadinho, derramamento de óleo no Nordeste, incêndios planejados na Amazônia.

O capital, com suas técnicas de manipulação da mente, nos faz lembrar a última fofoca de uma pessoa famosa, e esquecer rapidamente o sentido geral desses crimes humanitários e ambientais. Também nos leva a crer que o colapso socioambiental deve ser resolvido dentro dos marcos da sociedade do capital, “pelos hábitos de consumo dos indivíduos”, sem questionar o enorme poder das corporações transnacionais e do Estado na destruição das condições de existência na terra.

Já temos evidências fortes que houve um golpe no Brasil em 2016. Também existem evidências fortes que houve a prisão política de Lula. E pasmem, a convocação de eleições “democráticas” em 2018, sendo que o

¹ Esta seção do capítulo recupera um pequeno ensaio de mesmo nome escrito para o Blog Marxismo21.

adversário principal e possível vencedor da eleição estava no cárcere. Ao que tudo indica, mais do que prender Lula, foi “preso” um projeto político do tipo “social-liberal”.

Nossas classes proprietárias aceitam tudo, menos a repetição de um projeto de reformismo ao estilo Lula. Querem liberdade total para o capital e o fim dos parcos direitos sociais duramente conquistados. Não é por acaso que, aberta uma oportunidade histórica para o “impedimento” em 2016, veio então uma grande avalanche de reformas e destruições de direitos: Pec do fim do mundo, reforma trabalhista, reforma da previdência, mercantilização da educação e da saúde e uma possível desconstituição da constituinte acenada recentemente pelo presidente do Senado.

O NOVO AI-5 JÁ ESTÁ AÍ

Nossa hipótese é que estamos diante de uma nova fase de uma longa contrarrevolução permanente (Fernandes, 1986; Lima Filho, 2019). A 1ª fase da contrarrevolução se deu de 1964 a 1985. Quando achávamos que iríamos redemocratizar o país, nos deram um olé. As diretas já viraram indiretas. A Globo elege Collor em 1989. Não há nenhum acerto de contas com os militares e a contrarrevolução permanente ganha um novo impulso com Fernando Henrique Cardoso. Passamos da ditadura empresarial militar para a ditadura do capital financeiro. Lula declara a cana de açúcar a “salvação da lavoura”, as empreiteiras passam a nadar de braçada, sem deixar de lado os bancos.

A partir dos anos 1960 há uma grande reestruturação do campo. Os militares chamam esse avanço destrutivo do capital de “nova fronteira agrícola” e no caso da Amazônia, “Integrar para não entregar”. Octavio Ianni (2019) no livro *A ditadura do grande capital* nos mostra o avanço destrutivo do capital rumo a novas regiões e fronteiras. Mostra também o surgimento de novas corporações no sul e sudeste (abate de porco, frango e boi), além da instalação de grandes corporações transnacionais produtoras de agrotóxicos, adubos sintéticos, tratores e implementos agrícolas. Novas rodovias são criadas, portos, aeroportos, usinas hidrelétricas tendo em vista

a criação das condições de produção do grande capital. Ele mostra também a convivência de formas de trabalho “arcaicas” no campo (trabalho análogo ao escravo) e o surgimento de um novo proletariado “rural”.

Essa reestruturação do campo não foi nada “doce”: ela aconteceu à base de assassinatos de lideranças das Ligas Camponesas do PCB e das Ligas Camponesas do Nordeste, fechamento de sindicatos rurais, roubo de terras indígenas, tentativas de assassinatos, queima de roças, etc.

Os militares fizeram algumas políticas de colonização, mas não fizeram obviamente a reforma agrária. No período de “redemocratização”, chamado por Florestan de “institucionalização da ditadura”, nos governos Collor, FHC e Lula, surgiram algumas políticas de criação de assentamentos, em grande medida como pressão dos movimentos sociais do campo.

Chegamos então a Bolsonaro, o homem de neandertal (Lima Filho, 2019). Nem o melhor cientista político previa em janeiro de 2018 que Bolsonaro iria ganhar. Na Argentina, um militar que elogia torturadores não poderia ser eleito representante de bairro, muito menos vereador, deputado ou senador. No Brasil, não só é eleito (repito, numa eleição farsesca), mas se torna o grande representante do capital. Nas condições normais de temperatura e pressão, tudo caminhava para o representante sério, frio e ponderado do capital vencer a fajuta eleição de 2018. Do ponto de vista social e ambiental já na campanha Bolsonaro acenou para o agronegócio com uma agenda de endurecimento da repressão aos movimentos sociais do campo, liberdade total para avançar em novas áreas. Os índios não teriam um centímetro quadrado de terra e os quilombolas foram comparados a bois, pesados em arrobas. Ruralistas declararam na Agrishow de 2018 que “não sentiam firmeza” em Alckmin, que titubeava em algumas demandas do agronegócio e rapidamente migraram seu apoio ao homem de neandertal.

Já é possível afirmar que os crimes socioambientais ganham uma nova intensidade e outro sentido no Governo Bolsonaro. O ano da posse não começa nada bem. Mal Bolsonaro assume e já temos um crime de grandes proporções. Em janeiro de 2019 ocorreu o crime de Brumadinho. Mais de 220 Mortos, e mais uma vez um ecossistema completamente

destruído. Se não bastasse o grande crime de Bento Gonçalves, alguns poucos anos dali temos o crime de Brumadinho. Logo em seguida um funcionário declarou que “O estado de Minas Gerais inteira deveria estar inteiro em estado de alerta”.

Em novembro de 2018, a Câmara Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais votou pela reabertura da barragem de Brumadinho, que se encontrava desativada havia três anos. Poucos pareciam se lembrar da tragédia de Mariana, ocorrida em 05 de novembro de 2015. E, por 7x1, a Câmara liberou a barragem. Naquela ocasião, a única representante da “sociedade civil”, que votou contra, declarou seu voto: “Isso beira à insanidade”. Para nós, era a própria insanidade. Em Minas, no Mineirão, com os mesmos 7x1, a Alemanha eliminou o Brasil da Copa do Mundo de futebol masculino de 2014. Foi traumático, mas passou. Aquele placar de 7x1 que liberou a barragem anuncia outra tragédia, trouxe consequências nefastas para o povo e para os ecossistemas (Novaes, 2017).

Queimadas planejadas na Amazônia, ausência de uma política efetiva para conter o derramamento de petróleo Nordeste e liberdade total para grileiros matarem e roubarem as terras dos povos da floresta, eis a política ambiental e agrária do bolsonarismo. Seu ministro do Meio Ambiente é a famosa “raposa que cuida do galinheiro”. Para quem não sabe, Ricardo Sales era o Secretário da Sociedade Rural Brasileira (SRB), uma das instituições da “sociedade civil” mais importantes do século XX. A agenda política e ambiental da SRB certamente está muito longe da proteção ou utilização adequada dos recursos naturais.

Nesse sentido, procurarmos observar em Novaes, Macedo e Castro (2019) que o Brasil é um dos maiores palcos da nova fase da acumulação “primitiva”, baseada no cercamento de novas terras em regiões “virgens” do capital.

De acordo com o último censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019), o Brasil passou por mais um processo de concentração fundiária nos últimos 10 anos. Além disso, acumulou mais de um milhão de desempregados no campo e a venda de um milhão de tratores. Problemas crônicos do Brasil como acesso a terra pelos camponeses,

fome, subnutrição, exportação de commodities vão se perpetuando com dramaticidade cada vez maior (Castro, 1980; Ziegler, 2013).

Diante disso, é possível dizer que há um processo de fascistização no Brasil? No campo certamente sim. Acreditamos que o neofascismo no século XXI não irá reproduzir os traços gerais do fascismo e do nazismo europeus. Ele reproduz algumas tendências e inova em outras. Se cem anos atrás Mussolini e Hitler representavam a forma específica de reprodução das burguesias nacionais, em disputas ferozes pelo comando do mundo, aqui no Brasil nunca teve e nunca haverá uma burguesia nacional. Teremos uma espécie de neofascismo de capitalismo dependente, subordinado, mas que necessita reprimir com todas as suas forças qualquer tentativa, mínima que seja, de ameaça à ordem do capital financeiro. Muito longe de uma “ameaça comunista”, mais uma vez evocada como em outros momentos históricos, na verdade as classes proprietárias tem medo de um capitalismo com direitos sociais, com reforma agrária e urbana, com salários dignos, habitação, transporte, educação e saúde de qualidade, isso sim é uma ameaça à ordem e ao progresso da acumulação. Isso é intolerável. As massas devem habitar nos porões e jamais ter acesso a chave da verdadeiras decisões do que produzir, como produzir, como trabalhar, em geral já tomadas pelo capital.

Eliane Brum (2019b) escreveu um importante texto no dia 27/11/2019 no Jornal El País. Ela observa que o AI-5 já está em voga, só não vê quem não quer. Para ela, no artigo *O AI-5 já se instala na Amazônia (e nas periferias urbanas)*:

Desde o início de novembro há sinais de que o projeto autoritário está aumentando de velocidade e de intensidade. O mês abriu com a morte de um dos guardiões da floresta, Paulo Paulino Guajajara. E está terminando com criminalização de uma das organizações mais respeitadas, premiadas e amadas da Amazônia, o Saúde e Alegria, que atua na bacia do Tapajós há décadas. Na terça-feira, 26 de novembro, a ONG teve seus documentos e computadores apreendidos pela polícia civil, em Santarém. No mesmo dia, quatro brigadistas voluntários da Brigada de Alter do Chão, criada para combater os focos de incêndio na floresta em parceria com o Corpo de Bombeiros, foram presos pela suspeita de que teriam ateado o fogo que queimou uma área equivalente a 1.600 campos

de futebol em setembro, na região de Santarém. Ser preso, mesmo que a prisão se mostre abusiva, já cumpre o objetivo de quem quer desmoralizar os agentes que combatem a destruição da floresta. O estrago já está feito, especialmente sobre uma população assustada e desinformada.

Em Washington, Guedes evoca o AI-5, autoridades e sociedade reagem, redes sociais se enfogueiram. É preciso avisar que, na linha de frente, o AI-5 já está e os mais frágeis estão resistindo quase sozinhos. E perdendo. O principal projeto do bolsonarismo é a abertura da Amazônia. A disputa desigual está sendo travada na floresta e nas cidades que beiram a floresta. Quem vive e atua na Amazônia já entendeu que pode ser preso sem motivo porque o Estado é arbitrário e as provas são forjadas. É isso o que os acontecimentos em Santarém estão mostrando. AS ONGs são alvo porque, em um país precário como o Brasil, onde o Governo decidiu não cumprir a lei e as instituições fraquejam, são elas que estão fazendo uma barreira contra a destruição da floresta e dos corpos dos povos da floresta. Ambientalistas brancos começaram a ser presos. Os mortos continuam tendo o mesmo rosto: negros e indígenas.

Enquanto tenta mudar a Constituição para abrir as áreas protegidas da floresta amazônica, o bolsonarismo executa o projeto na prática ao desproteger as áreas protegidas, enfraquecendo os órgãos de fiscalização e fortalecendo os destruidores da floresta. Na Amazônia basta deixar de fazer o pouco que se fazia e avisar aos amigos que podem ficar à vontade porque não responderão pelo seus atos. É o que faz o bolsonarismo enquanto a PM de alguns estados está sendo preparada para virar uma milícia que toma suas próprias decisões.

O resultado é tanto a explosão do desmatamento, que aumentou 30% entre agosto de 2018 e julho de 2019, quanto a ameaça e/ou assassinato dos pequenos agricultores familiares e defensores da floresta: indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Quem vive na Amazônia percebe claramente que a ofensiva aumentou desde novembro. As ONGs estão entre os principais alvos a serem eliminados. Em várias regiões do Pará, quem está clamando pela “CPI das ONGs” são justamente notórios grileiros e madeireiros e seus representantes. Enrolam-se em bandeiras do Brasil e evocam o nacionalismo, mas o que querem é fincar um papel com o seu nome

— ou no nome de um de seus laranjas — num pedaço da floresta amazônica roubada da União ou dos estados. (Brum, 2019b)².

Em outro artigo, Eliane Brum (2019a) destaca também o grande crime socioambiental ocorrido com a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Novamente se repete aquilo que o Movimento dos Atingidos por Barragens já denunciou em outros casos: “águas para a morte, e não para a vida”.

A eliminação de membros de ONGs, indígenas, quilombolas, posseiros provavelmente vai crescer à medida que o porte de armas criar um ambiente tranquilo, para “proteger a propriedade”. Os excelentes relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos mostram a escalada de assassinatos, inclusive no lulismo. À medida que o capital avança para a novíssima fronteira agrícola: regiões do Pará, Maranhão, Tocantins e oeste da Bahia, as taxas de assassinato e tentativas de assassinato de lideranças aumentaram.

Devemos destacar também a militarização do INCRA, condenada pelos movimentos sociais do campo com o lema “Incrá não é quartel” [em outubro de 2019 o presidente do Incra deixou de ser um militar].

Nesta esteira da barbárie no campo é preciso destacar também as tentativas de eliminação e desqualificação de adversários nas instituições públicas: ataques à ciência e aos cientistas, filtro ideológico de pesquisas que abordam positivamente questões de gênero, movimentos sociais, que estudam criticamente o papel dos militares e que abordam temas considerados polêmicos para a garantia da “segurança nacional”.

Perseguição a movimentos sociais do campo, vigilância tecnológica de lideranças e grande produção de contrainformação/desinformação para o povão também fazem parte da estratégia neofascista.

O clima de ódio a todos que lutam por direitos negados pelo capital culminou na morte do senhor Luís Ferreira da Costa numa passeata

² Ver também a parte sobre o Brasil no excelente livro de Luiz Marques (2015) *Capitalismo e colapso ambiental* e o artigo de Marques (2019) *Bolsonaro, o ecocida*.

pacífica no Assentamento Marielle Vive, em Valinhos-SP. Na ocasião, os manifestantes lutavam pelo direito a água na ocupação.

É preciso lembrar também que Temer, logo quando assume, destrói imediatamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma política de compras públicas que vinha tendo um impacto positivo significativo para os camponeses. No governo Bolsonaro o estrangulamento da política se mantém.

Nessa esteira, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Conselho de Segurança Alimentar e outros órgãos do Estado são fechados, diminuindo o poder das entidades dos trabalhadores em tentar influir, ainda que minimamente, na política de agrária e de produção de alimentos.

Como bom estrategista das classes proprietárias, Temer praticamente destrói o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), conquistado a duras penas pelos movimentos sociais do campo ainda no governo FHC. O Pronera, como já se sabe, contribuiu para a erradicação do analfabetismo no campo, criou cursos técnicos de agroecologia, cursos superiores de pedagogia, história, geografia, veterinária, agronomia, especializações e até mestrados (Novaes *et al.*, 2017). Essa ação, combinada com outras que destroem nosso frágil sistema educacional estatal, sinaliza mais uma vez que às classes proprietárias brasileiras só interessa: a) a manutenção do povão na mais absoluta ignorância, com a multiplicação do analfabetismo e do analfabetismo funcional; b) a mercantilização completa da educação e c) algumas poucas políticas de qualificação para as raras regiões onde há indústria ou alguma demanda de formação de força de trabalho.

CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS, COLAPSO AMBIENTAL E DESAFIOS DA AGROECOLOGIA SOCIALISTA

Surgiam, na virada do século XIX para o século XX, grandes corporações capitalistas, como nos mostrou Lenin (2003), em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Não estamos mais diante do capitalismo concorrencial analisado por Karl Marx em *O Capital*. A ascensão das

gigantes corporações capitalistas monopolistas e oligopolistas, no século XX, produziu guerras mundiais e crises de superprodução, lançou seus tentáculos em todas as dimensões da vida com seus novos produtos no mercado, com suas novas formas de gerir a força de trabalho e a criação de novas tecnologias. Apresentam-se juridicamente como impessoais, mas têm por trás bilionários fundos de pensão, gestores que buscam a incessante autovalorização do capital e, logo, não hesitam em promover guerras, derrubar governos, assassinar lideranças de movimentos sociais, roubar terras e provocar inúmeros crimes socioambientais.

Desde os anos 1960, dentro do projeto de expansão rumo à América Latina, à China e de destruição do Estado de bem-estar social na Europa, houve nova investida das corporações capitalistas transnacionais. Por meio do desenvolvimento tecnológico, que gerou novos produtos e novos processos de trabalho, com pesquisas científicas para manipular a mente humana para o consumo e aumentar o engajamento dos trabalhadores no chão de fábrica, as corporações transnacionais, que Ziegler (2013) chamada de “tubarões tigre” passaram a ter um verdadeiro sistema de controle social, uma espécie de *Big Brother Corporativo* em paralelo aos sistemas de informação dos Estados nacionais.

As “corporações-monstro” (Mészáros, 2004) estão cada vez mais livres para avançar na mercantilização da vida, no domínio de territórios e na livre circulação das suas ações nas bolsas de valores. Nos relatórios da ONU se fala em “administração da pobreza” e não mais “superação da pobreza” ou em “estratégias de desenvolvimento”. Com o avanço das políticas neoliberais baseadas na privatização direta e indireta de serviços públicos, isto é, o Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital financeiro, a barbárie só ganhará mais combustível: teremos o surgimento de mais e mais favelas, o aumento das taxas de desemprego e subemprego, destruição da vida dos servidores públicos, guerras de baixa intensidade, ressurgimento do fascismo, dentre outros³.

Corporações capitalistas de altíssimo calibre das indústrias de agrotóxicos, transgênicos, tratores e implementos agrícolas e na

³ Ver Ziegler (2013), Mike Davis (2007), Netto (2008) e Lima Filho, Novaes e Macedo (2017).

comercialização de commodities, produzem inúmeros danos para a classe trabalhadora, como roubo de terras, envenenamento dos produtores e consumidores, aumento das alergias, endividamento de pequenos e médios produtores etc. Ainda assim, se apresentam como empresas com responsabilidade social. Na página de uma dessas corporações lemos que ela é produtora de “defensivos agrícolas” e que contribui para “matar a fome da humanidade”.

Ora, em Minas Gerais, a Vale, co-proprietária da Samarco, gerou uma verdadeira irresponsabilidade social empresarial em 2015, com o rompimento da barragem em Mariana. Naquele mesmo ano, as corporações promoveram outra irresponsabilidade no Brasil, jogando 2 milhões de trabalhadores/as no desemprego.

Em outro plano, as consequências da *revolução verde* foram narradas por pesquisadores, documentaristas, cientistas, intelectuais orgânicos de movimentos sociais, dentre outros. Ziegler (2013), no livro *Destruição em massa – a nova geopolítica da fome*, nos mostra o irracionalismo da produção de commodities, isto é, a produção voltada para acumulação de capital e todas as consequências que o modo de produção capitalista traz para a humanidade. Rogério Macedo (2015), num profundo diálogo com Ziegler, observa que está havendo a “destruição da força de trabalho” e isso tem nome: catástrofe humanitária. Para ele:

O fenômeno possui duas dimensões: uma sistêmica e uma específica. A primeira diz respeito à conversão de todo o sistema do capital em máquina de destruição em massa, pela subtração das condições mínimas de reprodução da classe trabalhadora global, processo regido pela clássica lei absoluta geral da acumulação capitalista. A essa dimensão, denomina-se complexo sistêmico destrutivo dos trabalhadores: em tudo agravado pela presença determinante da crise estrutural. A segunda dimensão consiste em parcela pontual do supracitado complexo (igualmente regida pela lei geral da acumulação) que é a responsável imediata pelo bloqueio das positivities envolvidas com o crescimento da produção e comercialização de alimentos. A ela, dar-se-á a denominação complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares. Portanto, são duas dimensões mutuamente determinadas, uma

contida dentro da outra: todas profundamente destrutivas, determinadas pela crise estrutural, levada a tal pela mundialização do capital.

Esquemáticamente, pode-se dizer: a destruição em massa da força de trabalho é a consequência; o referido complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares é parcela do sistema do capital; seus mecanismos são as epidemias da fome e a degradação dos hábitos alimentares. (Macedo, 2015, p. 311-312).

A barbárie promovida pelo capital financeiro tem trazido consequências nefastas para a classe trabalhadora no mundo inteiro. Saqueamento dos fundos públicos, expropriação de casas como na crise de 2008, destruição parcial ou completa do Estado de Bem-estar social na Europa e dos poucos direitos constitucionais no “Estado de mal estar social” na América Latina. Aumento do custo de vida da classe trabalhadora, fim da aposentadoria digna, destruição dos sistemas educacionais e de saúde públicos, enfim, a destruição das condições de reprodução social sob o capitalismo.

A voracidade do capital mundializado, com seu “senado virtual” que decide a alocação dos capitais, não respeita decisões populares, passa por cima dos parlamentos e promove golpes em todos os cantos do mundo. Para citar apenas o caso da América Latina, vimos nos últimos anos prisões políticas de presidentes, impedimentos irregulares e mais recentemente massacres nas rebeliões populares do Equador, Chile, Bolívia, Honduras e Haiti, mostrando toda a crueldade das classes proprietárias.

O capital fictício além de cobrar dos parlamentos a liberdade total para a sua reprodução, destruindo direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora, também promove uma ampla manipulação ideológica e o estímulo a processos de fascistização, através das técnicas de guerra híbrida e terrorismo tecnológico.

A produção destrutiva das grandes corporações transnacionais (bancos, seguradoras, mineradoras, empreiteiras, automobilísticas, complexo militar, etc.), alicerçada na reprodução ampliada do capital e na obsolescência programada das mercadorias, gera crimes socioambientais

de grande envergadura, como vimos acima, criam cidades insuportáveis, roubam terras e outros recursos estratégicos à nova geopolítica mundial. Além disso, o imperialismo gera guerras de média e baixa intensidade que matam em escala inédita e sem nenhum pudor.

No mundo do trabalho, base de toda produção de valor, combinam-se formas tayloristas-fordistas com as formas do regime de acumulação flexível e, mais recentemente, uberização e outras formas de trabalho análogas à escravidão. Diante disso, superexploração do trabalho, subemprego e desemprego em massa passam a fazer parte da dramática realidade das nações.

Mas a classe trabalhadora não está assistindo de camarote à ofensiva do capital. Uma bandeira, dentre as milhares delas presentes nas manifestantes no Chile, dizia: “Aqui nasceu o neoliberalismo e aqui ele será enterrado”. Se essas bandeiras avançarão para ações anticapital mais amplas, que contestam o modo de produção, ainda não é possível saber, em que pese estar inserida em forte processo de reação contra o neoliberalismo.

DESAFIOS DA AGROECOLOGIA SOCIALISTA

Mészáros (2002) acredita que devemos caminhar não só para além do modelo neoliberal, mas para além do capital. É urgente a construção de um programa de transição no século XXI e a criação de ações práticas imediatas e coordenadas que apontem para uma “alternativa radical e abrangente” ao sociometabolismo do capital.

Michel Lowy (2021) tem defendido o uso dos termos ecossocialismo e ecomunismo. Em Novaes *et al.* (2017) conceituamos a agroecologia defendida pela negação e pela afirmação. Pela negação ela se distancia radicalmente das ações do capital e seu “mercado verde”, inclusive impulsionado pelas grandes corporações transnacionais, portanto tem que ser necessariamente ecossocialista. Ela se distancia do ecocapitalismo, que tende a ignorar a questão agrária e a estimular ações no campo da “responsabilidade social empresarial”. Se distancia das cooperativas

capitalistas, que se movem em função da reprodução ampliada do capital (Novaes; Mazin; Santos, 2015).

Ao mesmo tempo, a agroecologia socialista coloca na ordem do dia a retomada do debate e das práticas vinculadas à questão agrária. Acreditamos que é necessária uma crítica implacável à posse e uso da terra no Brasil, gravadas a ferro e fogo pelo latifúndio e pela superexploração do trabalho, além da produção de commodities para o mercado externo. Este circuito de produção de mercadorias gera fome e subnutrição num país rico em terras e sol. Os quatro séculos de latifúndio não comandam apenas a inserção econômica dependente e associada da nossa burguesia, mas o comando político do nosso subsistema econômico ao sistema capitalista mundializado (Ianni, 2019).

Novaes, Mazin e Santos (2015) criticam a industrialização da agricultura, que além de criar um vasto negócio para o capital financeiro, coloca o Estado a serviço da criação das condições gerais de produção e reprodução do agronegócio, cria um grande mercado de agrotóxicos, adubos sintéticos, tratores, implementos agrícolas e sementes transgênicas. Além disso, subordina os camponeses, que são tragados pelo canto da sereia da “revolução verde”, e acabam endividados, trabalhando para o banco.

Demos aos capitalistas a chance de alimentar o povo por 500 anos. Ao que tudo indica, como nos mostra Marx, o alimento produzido é veículo de alimentação do capital, para engordar o capital financeiro. Chegou a nossa vez, chegou a hora da classe trabalhadora tomar as rédeas da produção, comercialização e consumo de alimentos tendo em vista a produção de valores de uso.

Nesse sentido, a alimentação da classe trabalhadora do mundo inteiro tornou-se um ato revolucionário. Para isso, será necessária a construção de uma revolução mundial, para além do capital, que unifique as lutas de todos os povos, e dentro dessa revolução, uma revolução alimentar, para produzir alimentos saudáveis e agroecológicos não só – como atualmente – para as classes médias e algumas pequenas parcelas da classe trabalhadora, mas para a classe trabalhadora de todos os cantos da terra.

No livro *Mundo do trabalho associado e embriões de educação para além do capital* (Novaes et al., 2017) retratamos as lutas de resistência das trabalhadoras e trabalhadores camponeses, o prenúncio de formas alternativas de trabalho, educação e de vida, na cidade e no campo, que poderão desembocar numa sociedade para além do capital. Surgidas das entranhas do sociometabolismo do capital, as novas formas de produção e de vida tem um enorme potencial emancipatório. Elas podem avançar, mas também podem rapidamente se esgotar, caso os trabalhadores do mundo inteiro não saiam da defensiva.

Intelectuais marxistas têm se preocupado cada vez mais com os crimes socioambientais. Destacamos, dentre outros, os estudos como o de John Bellamy Foster (2005), com o livro *A ecologia em Marx*; István Mészáros (2002), em *Para além do capital*; Joel Kovel e Michael Löwy (2002) com o *Manifesto ecossocialista internacional*; Elmar Altvater (2007), *Existe um marxismo ecológico?*; Michael Löwy (2003) *Ecologia e socialismo*; e, do mesmo autor, Löwy (2018), *Mensagem ecológica ao camarada Marx*, além de Burkett (2014) *Marx and Nature: a red and green perspective*.

No campo da agroecologia, de vertente marxista, é possível destacar os estudos de Thelmely Torres Rego (2016) *Formação em agroecologia*; Dominique Guhur (2015) *Questão ambiental e agroecologia*; Wilon Mazalla Neto (2014) *Agroecologia e Movimentos Sociais*; Henrique Novaes, Diogo Mazin e Lais Santos (2015), *Questão agrária, cooperação e agroecologia*; Henrique Tahan Novaes et al. (2017), *Mundo do trabalho associado e embriões de educação para além do capital*; Sevilla Guzman e Molina (2011) *Sobre a evolução do conceito de campesinato*.

Fora dele, mas em diálogo com o marxismo, é possível destacar os estudos de Machado e Machado Filho (2013) *A dialética da agroecologia*; Ignacy Sachs (1986), *Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento*; Ana Primavesi (1986) *Agricultura sustentável*; Paulo Petersen, José Maria Tardin e Francisco Marochi (2002) *Tradição (agri)cultural e inovação agroecológica*; Jan der Ploeg (2008) *Camponeses e impérios alimentares*; Jean Ziegler (2003) *Destruição em massa* etc., que trazem contribuições fundamentais para as lutas “ambientais”.

O estudo rigoroso de Luís Marques (2015) *Capitalismo e colapso ambiental* é um dos mais importantes dos últimos tempos, em nível internacional. O autor recupera a ascensão das corporações transnacionais no século XX e realiza um estudo minucioso em vários “campos”. Se é verdade que o “prognóstico” é insuficiente, por não ter uma teoria da emancipação do trabalho, o “diagnóstico” é compensando com uma ampla e exaustiva teoria do colapso ambiental.

Os autores brasileiros observam que é preciso colocar a questão socioambiental em perspectiva histórica. Os movimentos sociais dos anos 1930-1960 foram destruídos pela ditadura de 1964-1985. Na segunda metade dos anos 1970 surgiram inúmeras lutas puxadas pelos trabalhadores. Eclodiram em todos os cantos do país lutas contra a fome, por habitação, emprego, melhores salários, melhores condições de trabalho para o funcionalismo público, lutas dos bancários, lutas por terra e teto, por creches, por saneamento básico, lutas por educação e democratização da escola pública, lutas dos atingidos por barragens etc.⁴.

No fim das contas, o capital saiu vitorioso com a sua “transição gradual, lenta e segura”. Os trabalhadores não conseguiram garantir eleições diretas e o capital esteve no controle da transição, a ponto de Florestan Fernandes (1986) se perguntar se estávamos mesmo entrando na fase da “Nova República”⁵. No que se refere às lutas contra a revolução verde, esta “[...] criou corporações-monstro, como a Monsanto, que estabeleceram de tal forma seu poder em todo o mundo, que será necessária uma grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo.” (Mészáros, 2004). Ainda estamos muito longe de uma grande ação popular voltada a este propósito. Quem concebe e implementa a agenda ambiental são as corporações transnacionais. Para exemplificar, não bastasse a produção “tradicional” de mercadorias, agora as corporações transnacionais do agronegócio têm um setor “verde”, que poderíamos chamar de “mercadorias verdes”. As corporações capitalistas perceberam este novo mercado e se adequaram às bandeiras “ambientalmente sustentáveis”. Como tudo na sociedade se transforma em mercadoria, a agenda “verde” atraiu as classes

⁴ Ver, por exemplo, Sader (1988); Dal Ri e Vieitez (2004)

⁵ Ver também Netto (2013), Sampaio Júnior (2013), Deo (2014).

médias e uma parcela da população, em alguma medida consciente dos riscos do pacote da revolução verde⁶.

Na sociedade capitalista do século XXI, é plenamente possível e coerente para a classe média proteger seu corpo “individualmente”, comprando produtos orgânicos, votar em candidatos fascistas, condenar os direitos sociais e sair às ruas de verde amarelo. Na outra ponta da sociedade, os movimentos sociais estão promovendo denúncias e ações que, na nossa interpretação, possuem um potencial anticapital. Elas podem nos ajudar a construir uma sociedade para além do capital, dentro de uma “grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo” (Mészáros, 2004). Como herdeiro de Marx, o autor húngaro observa que a questão fundamental no século XXI continua sendo a emancipação do trabalho. No entanto, a obra do autor nos fornece pistas importantes que foram subestimadas no século XX, como a articulação da emancipação do trabalho com a igualdade substantiva, a questão ambiental, a questão de gênero, o internacionalismo das lutas, dentre outras.

Procuramos mostrar em outro estudo (Novaes, 2018) que o MST incorporou a agenda agroecológica nos anos 2000. Para nós, esta agenda é composta de algumas dimensões que tem potencial anticapital, das quais destacamos: a) a soberania alimentar; b) a reforma agrária popular, c) a denúncia do pacote da “revolução verde” e a busca de soluções práticas agroecológicas nos assentamentos; d) questões de gênero, e) o trabalho associado, f) a comercialização popular; g) a modificação da agenda de pesquisa, ensino e extensão das instituições públicas, a criação de escolas próprias, assistência técnica alternativa, cursos de formação tecnopolítica⁷, dentre outras.

⁶ Para os limites da bandeira do “consumo responsável”, ver o livro organizado por Novaes, Mazin e Santos (2015). Cabe lembrar também que as teorias dominantes sobre a questão ambiental têm colocado a “culpa” da destruição ambiental nos indivíduos, sem colocar evidentemente o holofote no principal determinante da produção destrutiva: as corporações capitalistas.

⁷ No que se refere aos cursos de formação tecnopolítica em agroecologia, estamos ajudando os movimentos sociais do campo através dos cursos técnicos em agroecologia e curso técnico integrado ao médio [em andamento], fruto da parceria UNESP-Centro Paula Souza-PRONERA-Movimentos Sociais do Campo. Além disso, realizamos o Mini Curso Itinerante “Questão agrária, cooperação e agroecologia”, que vai para a sua 8ª Edição.

Certamente a agroecologia não irá avançar sem a conquista da terra. Sem uma ampla reforma agrária, infelizmente não há agroecologia. Sem a superação do trabalho explorado-alienado, não há agroecologia. Sem o avanço do feminismo, não há agroecologia⁸. Sem uma completa desmercantilização da sociedade e sem soberania alimentar, não há agroecologia. A conquista dos meios de produção tornou-se tarefa vital no século XXI.

Mais que isso, a conquista e o controle dos meios de produção pelos trabalhadores tendo em vista a construção de uma sociedade governada pelos produtores livremente associados, totalmente desmercantilizada, também é tarefa fundamental na agenda de lutas no século XXI.

O MST tem defendido uma Reforma Agrária Popular. Tudo leva a crer que as classes proprietárias brasileiras não aceitarão uma reforma agrária, muito menos uma reforma agrária de caráter popular. Como um grande produtor de riqueza e de miséria, o Brasil tornou-se um dos maiores celeiros da humanidade, mas também um dos maiores celeiros de miséria. As marcas da matriz colonial baseada no latifúndio, da produção voltada para o exterior e do trabalho escravo estão “gravadas” no país até hoje, onde produz-se milho para porcos e frangos, mas não tem milho para alimentar os filhos da classe trabalhadora⁹.

Segundo David Harvey (2004) e Walter Gonçalves *et al.* (2016), o Brasil é um dos palcos centrais da “acumulação por espoliação”. Roubo de terras públicas, cercamento ilegal de terras, roubo de terras de posseiros, pequenos produtores, faxinalenses, etc. tornaram-se mais comuns do que imaginamos. A soberania alimentar, isto é, a luta contra a produção e a exportação de commodities ganha um papel primordial na medida em que está em jogo a alimentação adequada dos seres humanos, e não a “alimentação dos lucros do capital”. E, ao que tudo indica, nesta nova fase do capitalismo surgirão inúmeras lutas contra o fechamento de escolas, lutas por terra e teto, por habitação, transporte público barato e de qualidade, acesso a universidade pública, saúde pública. As parcas

⁸ Para este debate, ver Pinassi e Mafort (2012).

⁹ Para este debate, ver Prado Júnior (2002), Sampaio Júnior (2013), Macedo (2015) e Deo (2017).

conquistas republicanas duramente arrancadas pelos trabalhadores estão sendo destruídas, numa espécie de “desproclamação da república”.

Diante deste contexto de ofensiva do capital e destruição de tudo o que é público, qual é o potencial anticapital da questão ambiental e o desafio para os movimentos sociais?

No caso brasileiro, o primeiro de todos é reestabelecer a democracia e acabar com o golpe institucional o mais rápido possível. Além disso, fazer avançar as lutas anticapital. Aparentemente, lutar contra o fechamento de escolas, contra a destruição da saúde pública, lutar por terra, moradia e melhores salários/direitos trabalhistas são lutas “reformistas”. Mas, no contexto de ofensiva do capital, elas adquirem radicalidade, por mais difícil que isso possa parecer. Porém, contraditoriamente, acreditamos que as lutas precisarão avançar rumo a bandeiras e ações anticapital mais precisas: autogestão, cooperação, desmercantilização, ecossocialismo, terra de trabalho (e não terra de negócios), soberania alimentar, igualdade substantiva, educação para além do capital (Novaes *et al.*, 2017).

Lutas pelo definhamento do Estado capitalista e sua burocracia, lutas pela desmercantilização completa da produção e da vida, lutas de cunho ecossocialista, lutas em defesa da propriedade comunal são bons exemplos do que estamos teorizando. Sem elas dificilmente caminharemos rumo a uma revolução na América Latina.

Na falta dessas bandeiras, as classes proprietárias poderão até ceder aqui ou ali, mas a essência do sociometabolismo do capital estará preservada. Sem estas pautas, a luta pela terra irá se tornar agricultura familiar na forma de “agronegocinho”, a luta por teto irá se tornar no máximo um “puxadinho” do programa governamental *Minha Casa, Minha Vida*, sob o comando das corporações, e a luta pela agroecologia permanecerá no terreno do “consumo responsável” e assim por diante.

Como adverte Mészáros (2008), tais lutas também não poderão ficar no terreno eleitoral. Elas devem ter como base as lutas extraparlamentares:

[...] a força extraparlamentar original e potencialmente alternativa do trabalho transformou-se, na organização parlamentar, permanentemente desfavorecida. Embora esse curso de desenvolvimento pudesse ser explicado pelas fraquezas óbvias do trabalho organizado em seu início, argumentar e justificar desse modo o que havia realmente acontecido, nas atuais circunstâncias, é apenas mais um argumento a favor do beco sem saída da socialdemocracia parlamentar. Pois a alternativa radical de fortalecimento da classe trabalhadora para se organizar e se afirmar fora do Parlamento – por oposição à estratégia derrotista seguida ao longo de muitas décadas até a perda completa de direitos da classe trabalhadora em nome do “ganhar força” – não pode ser abandonada tão facilmente, como se uma alternativa de fato radical fosse a priori uma impossibilidade. (Mészáros, 2008, p. 18).

Para nós, a luta anticapital no século XXI será sinônimo de luta pela emancipação do trabalho. A diferença parece ser que se nos séculos XIX e XX as lutas contra a exploração tendiam a estar apartadas das lutas “específicas”, e no século XXI a luta contra a exploração deverá estar em plena articulação com questões ambientais, de gênero, etnia, etc. A luta centrada no parlamento, como mostrou Mészáros (2008) nas linhas acima, torna-se limitada. O retorno ao trabalho de base para construir a revolução, a construção da estética anticapital, sempre tendo em vista a superação do trabalho alienado e sua forma de política correspondente, também alienada, serão desafiadoras nos próximos anos. Não é possível parir uma revolução sem construí-la.

Ao que tudo indica, as lutas na América Latina não comportam o gradualismo e o reformismo típicos dos partidos de esquerda das últimas décadas. Não é possível se aliar, não é mais possível conciliar as classes, se aliar ao capital. Vimos o desfecho do lulismo: com o aprofundamento da crise econômica, a aristocracia operária foi “ejetada” do Governo, num perfeito golpe parlamentar-jurídico. Evidentemente que uma revolução necessita de uma teoria revolucionária adequada para o século XXI e adequada para as especificidades da América Latina¹⁰.

¹⁰ Para este debate, ver Iasi, Figueiredo e Neves (2018).

Sendo assim, o avanço da conquista da terra na América Latina pelos camponeses, indígenas, quilombolas e trabalhadores rurais somente se dará dentro de um quadro revolucionário. Na falta dela, a agenda agroecológica dos movimentos sociais irá avançar a passos lentos, muito provavelmente na forma de um neocapitalismo tolerável pelas classes dominantes, na forma de um agronegócio “verde” ou talvez de uma tímida política de criação de assentamentos isolados¹¹. O avanço da agroecologia dentro de uma estratégia ecomunista e autogestionária depende da luta política, ou melhor, do avanço das lutas anticapital dos movimentos sociais e da formação da consciência revolucionária.

Na América Latina, o sujeito revolucionário é múltiplo e complexo. Boa parte da nossa classe trabalhadora nunca pisou numa fábrica e num sindicato. Vive na informalidade, sem vender diretamente sua força de trabalho a um patrão. A construção da unidade das lutas dos indígenas, quilombolas, camponeses e camponesas, trabalhadores rurais, da classe trabalhadora urbana assalariada, formal e informal, e da nova classe trabalhadora terceirizada, não será nada fácil, mas é imprescindível. Construir essa unidade é tarefa urgente diante do colapso ambiental e das armas de destruição em massa de trabalhadores: fome, miséria, guerras preventivas, desemprego, subemprego, multiplicação das favelas, etc (Lima Filho, 2018). A ascensão do movimento indígena na Bolívia, no Equador e no México também não pode ser desprezada. No Brasil, o processo de avanço da nova fronteira agrícola pelo agronegócio está levando ao surgimento de novas lutas dos índios, quilombolas, posseiros, sem terra, etc.¹² (Comissão Pastoral da Terra, 2017).

Com a degradação dos serviços públicos nos últimos anos na América Latina, “novos personagens entraram na cena” das lutas urbanas: trabalhadores docentes do ensino médio, do ensino superior e

¹¹ Na América Latina como um todo, eclodiram inúmeras lutas por terra, habitação, água, saneamento básico, saúde, educação, controle dos recursos naturais, dentre outras. Em geral, estas lutas “estacionaram” em demandas pontuais, especialmente porque a ofensiva do capital não permitiu aos trabalhadores a sua ultrapassagem. Ao contrário, tendeu a jogar os trabalhadores como um todo na miséria ou na defensiva. Mas também é preciso destacar que nos falta uma teoria adequada da transição ao comunismo na região.

¹² Segundo o Relatório da CPT (2017), de 2010 a 2016 o avanço do agronegócio fez dobrar o número de assassinatos no campo, passando de cerca de 30 para 61. Se incluirmos as tentativas de assassinato, os números são estarrecedores. Isso para não falar do trabalho análogo ao escravo em pleno século XXI.

fundamental reagiram à precarização do trabalho docente, servidores da saúde, assistência social, dentre inúmeros outros que passaram a entrar na lista dos lutadores do século XXI e, portanto, poderão construir a nossa revolução. No entanto, a última década também nos mostrou que a falta de uma proposta para além do capital por parte dos partidos da conciliação levou boa parcela dos trabalhadores informais, formais e do funcionalismo público a aderir à agenda neofascista.

Por sua vez, surgiram nos últimos meses rebeliões populares no Equador e Chile que tiveram como estopim o aumento do preço dos transportes, repetindo o que aconteceu no Brasil em 2013. Estas rebeliões indicam uma imensa insatisfação com as políticas neoliberais, que elevaram o custo de vida da classe trabalhadora e uma piora qualitativa da vida. Se estas rebeliões poderão avançar rumo a ações anticapital que permeiem a questão socioambiental, só as cenas dos próximos capítulos da história poderão responder.

REFERÊNCIAS

- ALTVATER, E. Existe um marxismo ecológico? *In*: BORÓN, A. (org.). **A teoria marxista hoje**. São Paulo: Expressão Popular; Clacso, 2007. p. 360-385.
- BRUM, E. Lula livre, sim, mas sem fraudar a história. **El País**, Madrid, 24 out. 2019a.
- BRUM, E. O AI-5 já se instala na Amazônia (e nas periferias urbanas). **El País**, Madrid, 27 nov. 2019b.
- BURKETT, P. **Marx and nature: a red and green perspective**. Chicago: Haymarket, 2014.
- CASTRO, J. **Geografia da fome: (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé, 1980.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo: 2017**. Goiânia, 2017.
- DAL RI, N.M.; VIEITZ, C.G. A educação do Movimento dos SemTerra. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 26, 2004.
- DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- DEO, A. Autocracia burguesa e questão agrária no Brasil. *In*: PIRES, J. H. *et al.* (org.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. Uberlândia: Navegando, 2017. v. 3. p. 23-45.

- DEO, A. Uma transição à long term: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. *In*: PINHEIRO, M (org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 24-32.
- FERNANDES, F. **Nova República?** São Paulo: Zahar, 1986.
- FOSTER, J. B. **A ecologia em Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GONÇALVES, W. P. *et al.* **Conflitos no campo 2015**. Goiânia: CPT, 2016.
- GUHUR, D. Questão ambiental e agroecologia: notas para uma abordagem materialista dialética. *In*: NOVAES, H. T.; MAZIN, D.; SANTOS, L. **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. v. 1. p. 285-300.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- IASI, M.; FIGUEIREDO, I. M.; NEVES, V. **A estratégia democrático-popular: um inventário crítico**. Marília: Lutas Anticapital, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 2018**. Brasília, DF, 2019.
- KOVEL, J.; LÖWY, M. Manifesto ecossocialista internacional. **Capitalism, Nature, Socialism: a journal of socialist ecology**, London, v. 13, n. 1, p. 1-3, 2002.
- LENIN, V. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2003.
- LIMA FILHO, P. A. **Pensando com Marx (I)**. Marília: Lutas Anticapital; São Paulo: Aramarani, 2019.
- LIMA FILHO, P. A.; NOVAES, H. T.; MACEDO, R. (org.). **Movimentos sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico**. Uberlândia: Navegando, 2017.
- LÖWY, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2003.
- LÖWY, M. Ecossocialismo: o que é, por que precisamos dele, como chegar lá. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, v. 13, n. 2, p. 471-482, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.45816>. Acesso em: 10 maio 2022.
- LÖWY, M. Mensagem ecológica ao camarada Marx. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 11, p. 161-176, 2002.
- LÖWY, M. **Reatando um fio interrompido: a relação universidade movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular; Fapesp, 2012.
- MACEDO, R. F. A destruição em massa: a tragédia da fome e da degradação dos hábitos alimentares. *In*: NOVAES, H. T.; SANTOS, J.; PIRES, J. H. (org.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. v. 1, p. 301-321.

- MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A Dialética da agroecologia:** contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- MARQUES, L. Bolsonaro, o ecocida. **Jornal da Unicamp:** edição web, Campinas, 19 jun. 2019. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/luiz-marques/bolsonaro-o-ecocida>. Acesso em: 10 maio 2022.
- MARQUES, L. **Capitalismo e colapso ambiental.** Campinas: Ed. Unicamp, 2015.
- MAZALLA NETTO, W. **Agroecologia e movimentos sociais:** entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses. 2014. Tese. (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- MÉSZÁROS, I. **Atualidade histórica da ofensiva socialista:** uma alternativa radical ao sistema parlamentar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- NETTO, J. P. Prefácio. *In:* ZIEGLER, J. **Destrução em massa:** geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013. p. 3-7.
- NETTO, J. P. **Uma face contemporânea da barbárie.** Rio de Janeiro, 2008.
- NOVAES, H. T. *et al.* **Mundo do trabalho associado e embriões de educação para além do capital.** Marília: Lutas Anticapital, 2017.
- NOVAES, H. T. Produção destrutiva, colapso ambiental e potencialidades: luta agroecológica. **Lutas Sociais,** São Paulo, n. 42, p. 92-108, 2018.
- NOVAES, H. T.; MACEDO, R. F.; CASTRO, F. A atualidade da “acumulação primitiva”: roubo e cercamento de terras nos séculos XX e XXI. *In:* NOVAES, H. T.; MACEDO, R. F. CASTRO, F. **Introdução à crítica da economia política.** Marília: Lutas Anticapital, 2019. p. 371-395.
- NOVAES, H.; MAZIN, D.; SANTOS, L. (org.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia.** 3. ed. Marília: Lutas Anticapital, 2015.
- PETERSEN, P.; TARDIN, J. M.; MAROCHI, F. **Tradição (agri)cultural e inovação agroecológica:** facetas complementares do desenvolvimento agrícola socialmente sustentado na região centro-sul do Paraná. Palmeira: AS-PTA; Fórum das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-Sul do Paraná, 2002.
- PINASSI, M. O.; MAFORT, K. Os agrotóxicos e a reprodução do capital na perspectiva feminista da Via Campesina. *In:* RODRIGUES, F.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (org.). **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital.** São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 75-96.

- PLOEG, J. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- PRIMAVESI, A. **Agricultura sustentável**. São Paulo: Nobel, 1986.
- REGO, T. T. **Formação em agroecologia**: programa do Contestado da AS-PTA. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAMPAIO JÚNIOR, P. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STEDILE, J. P. (org.). **Debates sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 123-167,
- SEVILLA GUZMAN, E.; MOLINA, M. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- ZIEGLER, J. **Destruição em massa**: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.

